

# Invisibilidade social da mulher lésbica

*Social invisibility of the lesbian woman*

Karoline Fernanda Eugelmi<sup>1</sup>

Luana Russo Scardovelli<sup>2</sup>

Joicimar Cristina Cozza<sup>3</sup>

## RESUMO

A mulher lésbica soma preconceitos por estar inserida em uma sociedade patriarcal e capitalista, na qual, pensar fora das normas heterossexuais é um desafio. No presente artigo, pretendemos apresentar que ser mulher na sociedade e ser mulher lésbica concentram ainda mais dificuldades de visibilidade devido aos preconceitos. Entretanto, com este trabalho, buscamos justamente dar visibilidade às mulheres lésbicas que sofrem diferentes tipos de invisibilidade da sociedade heterossexual.

**Palavras-chave:** homoafetividade feminina, homossexualidade feminina, invisibilidade social, mulheres lésbicas, psicologia.

## ABSTRACT

Lesbian women suffer prejudice in terms of a patriarchal and capitalist society in which thinking outside heterosexual norms is a challenge. In the present article, we present that being a woman in society and being a lesbian woman concentrate even more difficulties on visibility in reason of prejudice. However, we seek to give visibility to lesbian women who suffer different types of invisibility from heterosexual society.

**Keywords:** female homosexuality, female homoafetividade, lesbian women, psychology, social invisibility.

## Introdução

O termo *homossexualidade* origina-se do grego *homos*, que significa “semelhante”, “igual”, e foi criado, em 1869, pelo jornalista e escritor austro-húngaro, Karl Maria Kertbeny. Embora o termo seja recente, a homossexualidade existe desde os primórdios da humanidade, havendo diversas formas de abordar a questão (GUIMARÃES, 2009). A homossexualidade foi explicada e explanada de diferentes formas ao longo do século. De acordo com Palma e Levandowsk (2008), foi somente a partir da reminiscência judaico-cristã que essa prática passou a ser idealizada como pecaminosa. O DSM (Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais) teve início em 1970, nos Estados Unidos. Em 1973, o DSM II, apresentava a

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Psicóloga; Mestre em Medicina Preventiva; Especialista em Violência Doméstica contra criança e adolescente, Ensino e aprendizagem; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

vivência homossexual como uma categoria de diagnóstico e as pesquisas clínicas salientavam que a homossexualidade era uma patologia.

Nessa época faziam avaliações, buscando as causas para uma *reorganização* de gays e de lésbicas, no sentido de se tornarem heterossexuais. O DSM III excluiu o termo *homossexualidade* da categoria de doença mental em 1980, levando as revistas de psicologia clínica a interromper suas publicações de artigos sobre o tema (SANTOS; BERNARDES, 2008).

A violência dirigida às mulheres se manteve como um assunto relacionado ao âmbito privado por muito tempo, e foi preciso uma longa trajetória de reivindicações dos grupos feministas para que essas violências se tornassem alvo de políticas sociais. As lutas desses movimentos possibilitaram a criação de instituições estatais para combater essa problemática. Segundo os autores Santos, Freitas e Ceara-Silva (2019), mundialmente, as conferências e convenções internacionais sobre os direitos humanos das mulheres possuem um valor fundamental no reconhecimento da cidadania deste grupo específico.

*Lésbica* é um termo designado para pessoas que se identificam como mulheres e se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres. A palavra *lésbica* vem do latim *lesbius* e originalmente referia-se somente aos habitantes da Ilha de Lesbos, na Grécia. A ilha foi um importante centro cultural onde viveu a poetisa Safo, entre os séculos VI e VII A.C., muito admirada por seus poemas sobre amor e beleza, em sua maioria, dirigidos às mulheres.

De acordo com o Dicionário Crítico do Feminismo (2009), o *patriarcado* é um sistema de formação social em que os homens detêm o poder. O termo também é usado para declarar a dominação masculina ou a opressão sofrida pelas mulheres. Patriarcado é o sistema no qual o machismo se baseia e é sob ele que se aderiram historicamente os privilégios da classe masculina em relação à classe de mulheres.

A homossexualidade feminina, em termos de uma sociedade patriarcal, é um desafio, pois emprega as várias vertentes que o ser mulher na sociedade e o ser mulher lésbica concentram, considerando as dificuldades de visibilidade e os preconceitos vividos por essas mulheres. As mulheres foram esculpidas com base em uma sociedade heterossexual, patriarcal e capitalista, sendo que as relações

masculinas prevalecem até a atualidade sobre as femininas, em que o poder dos homens é mais forte que o das mulheres.

O silêncio sobre a orientação sexual por parte das lésbicas pode contribuir tanto para a sua vulnerabilidade quanto para a sua invisibilidade social, trazendo dificuldades para que as políticas públicas possam melhor focalizá-las (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2006).

Este artigo, portanto, pesquisou e compilou dados para construir uma revisão de literatura narrativa sobre a invisibilidade da mulher lésbica e a violência cotidiana sofrida por elas, em razão disto, criam-se barreiras contra o acesso às políticas públicas de saúde, emprego e segurança. Sendo assim, o objetivo deste artigo é tentar dar voz a tantas vozes silenciadas pela sociedade patriarcal.

### **Material e Método**

O artigo consiste em uma revisão narrativa de literatura abordando o assunto *invisibilidade social da mulher lésbica*. A seleção de fontes para revisão de literatura foi buscada nas seguintes bases eletrônicas de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciência da Saúde (BIREME), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Google Acadêmico. Utilizamos descritores para a pesquisa tais como: *homossexualidade feminina*, *homoafetividade*, *mulheres lésbicas* e *homofobia*. Buscou-se por meio do estudo teórico do assunto compreender o processo de invisibilidade da mulher lésbica na sociedade patriarcal. Para a seleção, foi utilizado o modo avançado de busca na plataforma BIREME, com uma ou mais palavras. Após filtrar pelo principal assunto, *homossexualidade feminina*, foram selecionados artigos publicados no período de 2005 a 2019 a serem utilizados.

### **Discussão**

A lacuna nas informações científicas sobre mulheres lésbicas começa com a deficiência de produção de conhecimento sobre a vida das mulheres, ou seja, não se fala sobre elas. Segundo as autoras Palma e Levandowsk (2008), a primeira publicação nacional lésbica nomeada *ChanacomChana* surgiu no século XX, como um boletim, e se transformou em um jornal hoje inexistente.

As mulheres lésbicas têm consciência de que as opressões que vivenciam são duplicadas, às vezes, triplicadas, isto é, além de sofrerem com o machismo, são vítimas também da lesbofobia e da homofobia. Koehler (2014) determina a homofobia como rejeição, aversão, medo ou ódio aos homossexuais e a todos aqueles que mostram orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos. A homofobia pode gerar violências física e psicológica, além do número crescente de assassinatos.

De acordo com Avena (2010), a violência de gênero contra as mulheres lésbicas, muitas vezes, é dirigida a qualquer mulher que ouse criticar ou assumir uma posição diferente do que a sociedade machista espera.

Borillo (2010) ressalta que a invisibilidade social que envolve mulheres lésbicas pode ser considerada uma atitude manifestadora de um reflexo maior, de uma misoginia que transforma a sexualidade feminina em instrumento de desejo masculino, tornando impensáveis as relações erótico-afetivas entre as mulheres.

Pela escassez de pesquisas sobre mulheres vítimas de discriminação, os dados sobre o número de mulheres mortas por lesbofobia não são consistentes. De acordo com *The Intercept Brasil* (2018), em 2014, foram registradas 16 mortes e, em 2017, o número passou para 54 – um aumento de 150% de casos em quatro anos. Só nos dois primeiros meses de 2018, já foram registradas 26 mortes por lesbocídio. Por não haver dados oficiais, os crimes são coletados na mídia e nas redes sociais, o que acaba gerando subnotificação. Ou seja, os números podem ser ainda maiores que os apresentados.

No Brasil, o grande obstáculo para estudos relacionados à morte de mulheres, e homicídios de forma geral, é a falta de dados oficiais que permita uma visão próxima do número de mortes. A priori, a falta de dados, a ausência de estatísticas desagregadas por sexo da vítima e de outras informações não nos possibilitam propor políticas de enfrentamento para esta e outras formas de violência que atingem mulheres. A estratégia adotada por estudos, em muitos casos, acaba sendo a utilização de dados provenientes de diferentes fontes, tais como: registros policiais, registros médicos legais e, uma das fontes mais utilizadas, a imprensa escrita.

## **Lei Maria da Penha**

A Lei 11.340 sancionada em 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, carrega uma significativa carga histórica no contexto do enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Propondo um mecanismo que visa prevenir e reduzir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei é conduzida para mulheres heterossexuais e pouco se fala sobre violência conjugal entre mulheres lésbicas, assim a lei acaba se tornando invisível para mulheres homoafetivas.

A Lei Maria da Penha envolve casos de violência em âmbito familiar sofrida por mulheres lésbicas, estando disposto em parágrafo único do artigo 5º que as práticas enquadradas como violência doméstica independem de orientação sexual. Isto está dito no seu artigo 2º: “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual [...] goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”. O parágrafo único do artigo 5º afirma que independem de orientação sexual todas as questões que configuram violência doméstica e familiar.

Deve-se entender a complexidade da violência conjugal em relacionamentos lésbicos e ressaltar que, ao falar da violência conjugal ou doméstica entre mulheres homoafetivas, pode-se gerar a impressão de que a finalidade é assinalar algo de ruim no que se menciona à população lésbica. Porém, o que se almeja aqui é pensar a existência de uma violência invisível na sociedade, como destaca Santos (2012), “apesar da invisibilidade estatística ou midiática, a violência conjugal lésbica exerce-se de forma tão agressiva quanto qualquer outra forma de violência doméstica.”

Poucas mulheres homoafetivas têm conhecimento desse direito, motivo pelo qual muitas permanecem a ser violentadas diariamente por ex- companheiras e/ou ex- companheiros que não aceitam a orientação sexual da ex- companheira e por demais familiares.

## **Lesbofobia**

De acordo com Vange (2011), o termo lesbofobia pode assumir formas sutis e/ou não- diretas, sendo identificado nas agressões físicas como também no crescimento do estupro corretivo. Esta prática acontece para que as mulheres lésbicas aprendam a gostar de homens e se tornem, então, “mulheres de verdade”.

Toledo; Teixeira (2011) associam que a lesbianidade demonstra caráter de aberração e ilegitimidade, o que evidencia uma perspectiva pela qual são vistas,

encaradas e rotuladas como “espetáculos pornográficos”, “machonas” ou “heterossexuais frustradas”, que por não serem desejadas por homens, acabam se relacionando com mulheres.

Escolher assumir uma identidade lesbiana, vista como estigmatizada, raramente se concretiza, cabendo às mulheres lésbicas ter que conciliar uma vida heterossexual pública e uma vida homossexual privada, visto que, em um mundo heterossexual, necessitam passar por héteros ou ao menos se representarem como fêmeas (GOMIDE, 2007).

Entretanto, Mello (2005) refere-se ao surgimento da identidade lésbica como algo que não apenas visa proporcionar às mulheres homossexuais melhores visibilidades, como também busca afirmar as especificidades quanto aos homens homossexuais.

Contudo, há lésbicas que buscam por um movimento próprio identitário, em decorrência do machismo de alguns gays. Em 1983, as mulheres lésbicas brasileiras deram início a um movimento independente da categoria LBGTQI+ o qual buscaram discutir especificidades e também lutarem pelo fim de desigualdades que estão dentro do próprio movimento, como o machismo e o racismo (PRADO; MACHADO, 2008).

### **A mulher invisibilizada e o (não) direito ao gozo fora do sistema**

Para uma mulher lésbica, perceber a invisibilidade não requer grande esforço, já que o seu dia a dia é permeado por situações que ressaltam sua invisibilidade. Swain (2000) tituló de “política do esquecimento” para denunciar a naturalização da invisibilidade lésbica que serve, por sua vez, a interesses patriarcais.

O patriarcado traz um discurso normativo da divisão de papéis familiares, porém nem sempre as organizações humanas foram patriarcais. Estudos antropológicos de Engels (1884/1964 *apud* Narvaz e Koller 2006) mostram que, no começo da história da humanidade, as primitivas sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares.

Existe uma resistência da sociedade em pensar sobre família que não seja formada por um pai, uma mãe e seus filhos. Isso se relaciona ao fato de se tratar de questões sobre as quais as sociedades humanas foram construídas, através de

repressão sexual e normatização da família nuclear como formas de definir a construção social da família adequada.

É fato que na literatura as famílias construídas pelos casais homossexuais, ainda sofrem discriminação nos mais variados contextos sociais, sistema de saúde, sistema legal e nas escolas Power (2010 *apud* Lira, 2016). Nota-se um crescente número de estudos sobre o tema "famílias e homossexualidade", entretanto, os debates sociais e legais em relação a esta temática e a vários mitos, continuam a persistir no imaginário social acerca da vida dessas famílias, o que acaba por alimentar o preconceito homofóbico.

O direito de reprodução deve ser pensado para todos especificamente em casos de adoção e reprodução assistida. Os termos sexualidade e reprodução devem ser vistas como medidas da cidadania e da vida democrática, ainda que seja fundamental tratá-las como campos distintos com vistas de assegurar a autonomia a cada uma dessas esferas da vida (MELLO, 2006).

Sobre o sexo entre duas mulheres, tem-se uma visão da sexualidade como um fetiche e só é incitado socialmente quando está a serviço do prazer masculino, tornando, dessa forma, o sexo lésbico apenas como objetificação sexual. Assim, como afirma Gimeno Reinoso (2005 *apud* Toledo e Filho, 2010), a mulher lésbica é aceita desde que não rompa seus vínculos com o sistema heteronormativo, desde que os homens heterossexuais possam desfrutar dela e que seja apresentada apenas como sendo uma representação heterossexual das lésbicas.

A prevenção de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) entre lésbicas e bissexuais ainda recebe pouca importância do governo e da indústria farmacêutica. No Brasil, atualmente, não existe nenhum método de proteção pensado para o sexo entre vaginas, já que a sociedade é pautada em normas heterossexuais e capitalistas.

A prevenção de ISTs é tema de constantes campanhas, do qual a principal ação é a distribuição de camisinhas, porém nem todo ato sexual envolve penetração e nem sempre há um falo presente no ato. "A falta de acesso, de métodos e de informação aumenta a vulnerabilidade de mulheres lésbicas para Infecções sexualmente transmissíveis" (*Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade, Diversidade e Direitos da SBMFC 2018*).

## **Conclusão**

Tendo em vista os aspectos estudados, de acordo com a literatura, histórica e socialmente, a heterossexualidade é construída como a única orientação sexual possível. Trabalhar a questão da mulher homoafetiva não é tarefa das mais fáceis, já que é contada quase unicamente pela voz do patriarcado. O patriarcado e o capitalismo são discutidos como sendo um dos possíveis esclarecimentos para o sistema social de opressão das mulheres.

Pensar a invisibilidade social da mulher lésbica na sociedade heterossexual nos mostra o quanto são invisíveis às mulheres que se relacionam afetivamente com outras mulheres, pois o patriarcado emprega que por obrigação a mulher tem que se submeter a seguir as normas e comportamentos aceitáveis de acordo com o seu gênero.

As mulheres lésbicas são marcadas de forma central pela invisibilidade, fato comprovável se observado como o tema é tratado na literatura, no senso comum, nos movimentos feministas, movimentos LGBTQI+ e pela falta de políticas públicas. Frente a esse cenário marcado pelo preconceito é que se justifica a importância da Psicologia avançar na produção de literatura sobre a invisibilidade das mulheres lésbicas, discutindo e visibilizando as questões intrínsecas a essa temática.

Portanto, o objetivo desse trabalho foi demonstrar a invisibilidade das mulheres lésbicas e tentar não apenas reconhecer, como também dar visibilidade à existência de mulheres que amam outras mulheres e fazer um convite à reconsideração do sistema heteronormativo capitalista.

## **Referências Bibliográficas**

AVENA, Daniela Tebar: A Violência doméstica nas relações lésbicas: realidades e mitos. Aurora. **Revista de Arte, Mídia e Política** [Internet]. 2010 [citado em 07 de Maio de 2019];7:99-107. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3907>

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Autêntica editora, 2010.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

GOMIDE, Silvia. Formação da identidade lésbica: do silêncio ao queer. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna P.; MELLO, Luiz. (orgs). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GONÇALVES, Juliana. Morta por ser lésbica: um dossiê inédito sobre o lesbocídio no Brasil. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 06 de Março 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/03/07/lesbicas-mulheres-mortes/>> Acesso em: 14 de out 2019.

GUIMARAES, Anderson Fontes Passos. O desafio histórico de "tornar-se um homem homossexual": um exercício de construção de identidades. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 553-567, 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2009000200023&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200023&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 28 out. 2019.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. **Interacções**, Lisboa, v. 9, n. 26, 2013 (número especial). Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/3361/2688>>. Acesso em: 20 agosto 2019.

LIRA, Aline Nogueira de; MORAIS, Normanda Araujo de. Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 3, p. 1051-1067, set. 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2016000300014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000300014&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt>.

MELLO, Luiz. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 497-508, Set. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200010&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 05 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200010>.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugabilidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Editora Garamond, 2005.

MULHERES LÉSBICAS PRECISAM DE ORIENTAÇÃO QUANTO A INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS? Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2018. Disponível em: <<https://www.sbmfc.org.br/noticias/mulheres-lesbicas-precisam-de-orientacao-quanto-a-infeccoes-sexualmente-transmissiveis/>> Acesso em: 14 de out de 2019.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.** Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, abril de 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-)

71822006000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 09 out 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>.

PALMA, Yáskara Arrial; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 771-779, Dez. 2008. Disponível a partir de  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722008000400015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 Maio de 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400015>

PRADO, Marco Aurélio M; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades - a hierarquia da invisibilidade**. Editora Cortez, 2008.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Saúde da Mulher Lésbica. Dossiê: promoção da equidade e da integralidade, 2006. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/dossie\\_da\\_saude\\_da\\_mulher\\_lesbica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/dossie_da_saude_da_mulher_lesbica.pdf)  
Acesso em: 06 maio 2019.

SANTOS, Ana Cristina. “Entre duas mulheres isso não acontece” — Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. **Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra**, n. 98, p. 3-24, 2012. Disponível em:  
<<https://journals.openedition.org/rccs/4988>> Acesso em 25 out de 2019.

SANTOS, JP., and BERNARDES, NMG. Percepção social da homossexualidade na perspectiva de gays e delésbicas. In ZANELLA, AV., et al., org. **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 296289. ISBN: 978 - 85- -99662-87-8. Available from SciELO Books .

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro dos; FREITAS, Rita; CEARA-SILVA, Glauber Lucas. Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 124-141, abr. 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282019000100124&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100124&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 25 out. 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.169>.

SWAIN, Tânia Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense. 2000.

TOLEDO, Livia Gonsalves; FILHO, Fernando Silva Teixeira. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 729-749, dez. 2010. Disponível em  
<<http://www.revispsi.uerj.br/v10n3/artigos/html/v10n3a06.html>> acessado em 18 de outubro de 19.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA Filho, Fernando Silva. Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 1, p. 39-61, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/127011>>.

VANGE, Leonel et al. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2011.